devido à supressão das ordens religiosas em 1834, essa obra não teve a continuidade esperada, convém não esquecer que, a par dela, os missionários introduziram em Timor produtos, instrumentos e técnicas agrícolas, que permitiram à população timorense melhorar a sua alimentação e elevar o seu nível económico e o seu bem-estar material.

Disto, cremos, talvez nos pudéssemos gloriar. Mas preferimos antes gloriar-nos da fidelidade a Deus demonstrada por todos aqueles nossos irmãos timorenses que, pela provação, se têm tornado comparticipantes da paixão de Cristo e testemunho irrecusável de que entre eles a semente do Evangelho não caiu em vão.

4. Convicta, ao mesmo tempo, da autoridade divina que lhe advém da sua missão específica e da autoridade humana que lhe advém da sua actuação histórica em Timor, a Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ele possa, por si, em paz e em liberdade, determinar o seu futuro.

Por isso, enquanto, por um lado, denunciamos a odiosa exploração que alguns procuram fazer dos sofrimentos do povo timorense para fins de propaganda ideológica, saudamos, por outro, todos os esforços sinceros já desenvolvidos para encontrar para o problema solução justa. Em particular, juntamo-nos aos esforços da Santa Sé, na acção que ela não tem deixado de realizar, para alívio daquelas populações e em defesa dos seus direitos humanos e religiosos.

Apelamos para o Governo português, a quem histórica, moral e juridicamente incumbe ainda tal tarefa, para o Governo da Indonésia, potência ocupante, para as instâncias internacionais que possam agir como medianeiras, enfim, para os dirigentes políticos de Timor, na pátria ou no exílio, pedindo-lhes que se empenhem em pôr termo rápida e eficazmente a tão dolorosa situação, que parece eternizar-se. Salvaguardando os legítimos interesses de cada parte, assegure-se ao povo timorense a sua continuidade como entidade histórica, no respeito por si próprio e pelos povos seus vizinhos.

Finalmente, exortamos os fiéis a impetrarem o conforto e a misericórdia de Deus, para os que, em Timor, de um ou de outro modo, continuam a sofrer.

Lisboa, 28 de Março de 1984.

TL3735-4

O CRISTÃO DE TIMOR E O PODER
UM TESTEMUNHO

«A Igreja sempre desejou participar na vida e contribuir para o desenvolvimento dos Povos e das Nações». E o Papa continua: «A Igreja respeita todo e qualquer estado legítimo» (Alocução ao Corpo Diplomático, 20 de Outubro de 1978).

O Sumo Pontífice, com estas palavras, propõe ao poder não só o diálogo como oferece a contribuição da Igreja para criar e realizar a verdadeira felicidade do homem. Na verdade, «o poder é bom, na medida em que é desejado e exercido em vista ao bem comum» [1]. O Poder é mesmo necessário para o bom ordenamento da sociedade humana, porque ela é hierarquicamente organizada e estruturada. Mas, infelizmente, o poder deixa muitas vezes de ser meio para se transformar em fim. E Häring adverte com razão: «o poder não pode ser fim em si mesmo» [2]. Esse poder-fim justificaria todos os meios e desembocaria necessariamente na ditadura.

A forma mais pura do poder é o poder da verdade e do amor verdadeiro. Por isso, não poderá ser antagónico ao Evangelho. O Vat. II aconselha vivamente o cristão, na sua qualidade de «luz» e «sal», a participar activamente na construção do mundo: o homem «deve responder à sua vocação, empenhando-se no serviço de Deus e dos outros irmãos» (GS 31). O poder que se furta ao diálogo e que

[1] Bernard Häring, *A contestação dos não-violentos*, Trad. port., Perpétuo Socorro, Porto 1969, p. 16.

[2] Ibid., p. 16.

luta inclusivamente contra o Evangelho, perde a noção dos valores humanos, como a justiça, a liberdade e o amor. A mensagem do Evangelho deverá ser o guia da prática política, para poder refrear as paixões dos políticos. O Evangelho não destrói absolutamente nada, embora não deixe de transformar radicalmente as estruturas de injustiça e o ser íntimo de toda a realidade humana desvirtuada. Cristo veio criar um novo homem, segundo a linguagem de S. Paulo, uma nova humanidade.

Cristo entrou em Timor sem conflitos com o poder local e as tradições autóctones. Entrou sem violência na cultura do Povo de Timor. Entrou tranquilamente, como se estivesse em sua própria casa, como se tivesse conhecido o povo há muito tempo, desde toda a eternidade.

O Povo de Timor, com a excepção dalguns episódios pontuais e meramente conjunturais, recebeu a mensagem evangélica com a porta da sua alma totalmente franqueada.

Não somos só nós, os cristãos, a reconhecer a qualidade extraordinária do Evangelho de se adaptar a qualquer povo, a qualquer cultura, em qualquer época da história da humanidade, em qualquer lugar do universo. Seria interessante acompanhar Ernst Bloch, um dos neomarxistas contemporâneos, na sua reflexão sobre o poder de ubiquidade da Mensagem de Iahvé. As páginas do seu livro «Ateismo no Cristianismo» revelam-nos, embora com uma perspectiva meramente horizontalista, a admiração que o autor nutre pela Bíblia, em virtude da universalidade da sua mensagem e, de certa maneira, da sua superioridade sobre outras escrituras sagradas. Podemos ler algumas linhas: «É extraordinário verificar como a Bíblia e a sua linguagem conseguem falar a todos! Ela passou por tantas épocas históricas, por tantos países, tratando com eles como se lhe tivessem pertencido, desde a sua origem! Onde se pode encontrar uma história tão antiga, dum povo tão pequeno, exilado em terra estranha, à qual bastaria apenas ser escrita para obter o dom de ubiquidade não só em relação ao conteúdo como também à forma? Se a Bíblia encontra a sua pátria em qualquer parte do mundo, é porque ela se encontra maravilhosamente em sua casa» [3]. Por isso, há um Jesus branco para os brancos, um Jesus negro para os negros, um Jesus amarelo para os amarelos...

Cristo é tão timorense como qualquer outro timorense. Nasceu entre nós. Ou melhor: nascemos com Ele. Os portugueses levaram-nos a Sua Mensagem. Os portugueses regressaram. Ele ficou connosco, para se fazer um d'entre nós. Por isso, é pura demagogia política e ideológica falar-se do colonialismo português em Timor. O próprio Papa João Paulo II reconheceu claramente no seu discurso aos intelectuais e universitários, na Universidade de Coimbra: «É-me grato, neste momento, recordar a admirável obra civilizadora que os portugueses, juntamente com a evangelização, realizaram através dos séculos em todas as partes do mundo onde chegaram» [4].

[3] Ernst Bloch, *Ateismo nel Cristianismo*, Trad. it., Feltrinelli, Milão 1980[5], pp. 49 ss.

De facto, não foi o poder dos reis portugueses que descobriu Timor. A descoberta de Timor foi obra de homens profundamente religiosos e cristãos, apesar do seu estatuto de leigos. Foram sob a bandeira da fé. Não é justo e honesto julgar esses homens com a mentalidade de hoje, sobretudo quando eivada de materialismo histórico. À frente desses homens iam os missionários, os mensageiros do Evangelho.

«Foram passando os anos num quadro histórico pouco menos do que nebuloso, até que por volta de 1556, aportou a esta ilha o P. Frei António Taveira... Tal acontecimento viria a ter maior repercussão na história das Ilhas de Solor e Timor. Dois séculos mais tarde, foi o P. António de S. Jacinto a quem se ficou a dever a sujeição de muitos regulados timorenses à Coroa Portuguesa» [5]. Foi uma constante na obra colonizadora dos portugueses. A docilidade dos povos conquistados ou descobertos à presença portuguesa devia-se mais à acção dos missionários do que a qualquer outro facto. Embora muitas vezes não fossem muito nítidos os limites da acção missionária e da conquista política, a verdade é que os timorenses reconheciam que a presença política portuguesa era apenas um dos aspectos da obra da evangelização dos missionários.

Não é necessário recuar muito na história de Timor para se reconhecer a pouca ou quase nenhuma influência da acção dos governantes portugueses na vida das populações autóctones de Timor. Vamos deter-nos apenas na primeira metade do nosso século. A presença do poder político português era somente simbólica. Os missionários eram os homens que trabalhavam no duro. Dedicavam-se inteira e desinteressadamente à promoção da população. A acção dos missionários estendia-se desde a catequese às escolas primárias espalhadas pelo interior da Ilha, à escola dos Professores Catequistas, ao Seminário, até inclusivamente a realizações de projectos sócio-económicos e agrícolas. Foram os missionários que introduziram muitas culturas em Timor, como o milho, por exemplo. Ao longo da história da humanidade, a Igreja dava grande importância à cultura, em-

[4] João Paulo II, *O Papa fala aos jovens*, Secretariado Diocesano de Educação Cristã da Juventude, Aveiro 1983, p. 32.

[5] A. T. de Matos, *Timor Português, 1515-1769*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — Instituto Histórico Infante D. Henrique, Lisboa 1974, p. 38.

penhando-se em ser o fermento dessa mesma cultura, como é o caso da cultura europeia. Fez o mesmo em Timor.

Devemos recordar aqui, que só nos fins dos anos 50 é que o governo português criou em Timor o primeiro liceu, até ao 5.º ano. Na década de 60, as escolas primárias continuavam a ser obra exclusiva da Igreja. Os funcionários da classe média da administração portuguesa e do exército eram, na sua esmagadora maioria, antigos alunos do Seminário e das escolas missionárias católicas. O poder em presença, nessa mesma altura, sentiu-se ameaçado e ultrapassado pela acção da Igreja, e, surpreendido pelo eclodir das guerrilhas na África portuguesa, viu-se na necessidade de adoptar uma nova estratégia política: controlar, quanto antes, a situação em Timor para evitar que acontecesse o mesmo que aconteceu em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. A tentativa do controle, da parte do governo, foi a de retirar da influência da Diocese as escolas primárias. Começou a surgir, assim, o conflito surdo e camuflado entre a Igreja e o governo da Província. Devemos reconhecer que conflitos deste género, não obstante o lado negativo, têm algumas vantagens. No caso concreto de Timor, o conflito gerado entre o poder e a Igreja conseguiu fazer com que o próprio governo da Província, numa atitude de pura concorrência, duplicasse o número das suas escolas primárias, aumentasse as instalações do liceu para administrar cursos até ao 7.º ano e criasse a Escola Técnica do Prof. Silva e Cunha.

Entretanto, deu-se o Movimento do 25 de Abril. A oposição do novo poder era clara. Uma oposição emocional escapando quase ao controle da racionalidade. A reacção do povo cristão de Timor contra esta política fez-se sentir imediatamente. O conhecido verão quente de 75 não aconteceu só em Lisboa. Houve-o também em Timor. O Movimento das Forças Armadas teve muitas dificuldades em introduzir em Timor a sua prática e dialéctica política. Foi obrigado a inventar apressadamente novos métodos para criar situações de instabilidade e de confusão no estado mental do povo.

A invasão de Timor pelo poder militar da Indonésia foi um acontecimento deveras importante na medida em que o cristão timorense assumiu, com determinação, a sua consciência de cristão e, por cônseguinte, reconheceu a diferença fundamental que o separa do povo islâmico indonésio. A Indonésia tem procurado afincadamente, desde o início da sua independência em 1945, um motivo intrínseco para a unidade de todos os povos que, tão diferentes na cultura, raça e história, formam o império indonésio. Os 5 princípios de Pancasila pretenderiam ser o motor, a energia aglutinadora desta unidade. A coberto da universalidade destes 5 princípios, os suces-

sivos governos da Jakarta têm procurado e tentado sujeitar-lhes todas as religiões existentes no seu império. Por isso, os cristãos têm participado em todos os governos, chegando mesmo a ocupar posições de destaque no aparelho do poder.

Mas o cristão, quando é verdadeiro, constitui sempre um perigo para os governos com prática política totalitária. O governo de Jakarta sabe que o cristianismo é um adversário real e um perigo directo contra as suas pretensões políticas. Consciente desta realidade, o governo de Jakarta confiou habilidosamente a estratégia da anexação de Timor a um general cristão, Beni Mourdani.

Em relação à Igreja de Timor, adoptou, mais tarde, uma política de tolerância. Permitiu e favoreceu a tolerância religiosa. Por isso, o Vaticano tem assumido uma posição de prudência quanto à situação de Timor. Por um lado, não condena — nem sequer uma referência pública à questão da violação dos direitos humanos, como costuma fazer em relação à Polónia ou outros países da América Latina — a acção e política desumanas contra o povo cristão de Timor. Por outro lado, não cede à pressão da Indonésia no sentido de lhe dar cobertura à invasão de Timor.

Mas o Povo de Timor foi posto perante a guerra. Não podia aceitar uma política de tolerância ou de prudência. Trata-se de defender a sua identidade, identidade essa gerada pelo encontro entre a sua cultura e o Evangelho. O poder sabe que o cristão é corajoso quando se põe em causa a sua fé. Cristo continua ao lado do seu fiel até aos últimos tempos: «Eis que estou convosco todos os dias até ao fim do mundo» (Mt. 28, 19-20). Não há mísseis, não há bombas atómicas que possam destruir a força do Espírito de Cristo. Ele é o Consolador, o Paráclito, isto é, o «advogado» dos cristãos no tribunal do mundo (Jo. 14, 15-17, 25-26, etc.). Ser cristão é ser livre.

Mais do que ninguém, o cristão é aquele que mais sente, quase sensorialmente, na sua pele, as marcas da opressão, da ditadura e da falta de liberdade, tanto interna como externa. E isto pela simples razão de que o cristão é um homem livre, porque já foi libertado por Cristo, das cadeias internas do pecado: «já não existe, portanto, condenação alguma para os que estão em Cristo, porque a Lei do Espírito de vida em Cristo Jesus, libertou-me da lei do pecado e da morte» (Rom. 8, 1-2). Foi o Evangelho que purificou o conceito de liberdade dos seus elementos míticos e supersticiosos para o transformar numa verdadeira liberdade humana. Jean Galot comenta: «Ele significa, decerto, a libertação face à escravatura do pecado; mas igualmente significa toda essa restauração do homem que é colocado num estado superior àquele em que se encontrava antes da queda.» [6]. A consciência que o cristão tem da sua liberdade é cristã, não

meramente política. Por isso, voltamos a repetir, mais do que ninguém, o cristão é aquele que mais reage contra qualquer tentativa de lhe suprimir a liberdade.

É exactamente o que está a fazer o povo de Timor contra o regime de Jakarta. Apesar da fome que grassa em Timor, apesar do poder islâmico que seduz o povo com o seu dinheiro, o seu poder e outras propostas, o povo de Timor continua a crescer como comunidade cristã. Antes da guerra e da invasão, os cristãos eram 32%. Hoje em dia, são 49%, sem contar com os catecúmenos e os que ainda não têm a possibilidade de ouvir a mensagem do Evangelho, por falta de sacerdotes [7].

Quem diria que um povo tão pequeno, afastado geograficamente e isolado humanamente do mundo livre, confinado territorialmente com a potência invasora, pudesse ainda ter forças, para depois de tantos anos de luta resistir a um império de 150 milhões de habitantes e à terceira potência bélica da Oceania?

Qualquer ideologia política, exactamente porque é extrínseca ao ser mais intímo e mais profundo do homem, não terá suficiente energia espiritual para galvanizar toda essa dinâmica de resistência activa e passiva.

Só quem for de má fé ou ideologicamente tendencioso, poderá indentificar a luta do povo de Timor com determinada ideologia política. Será mais realista estabelecer o paralelismo entre a luta do povo da Polónia e da do Povo de Timor. Dada a exiguidade do espaço que nos é reservado, poderemos abordar este assunto noutra altura e noutro local. De qualquer maneira, fica desde já aberta a questão.

A luta contra a Indonésia é a luta do Povo Cristão Timorense, cristão baptizado ou cristão «anónimo». Na verdade, quando o Espírito do Evangelho assume o homem e a sua cultura, assume-os na sua totalidade, no seu ser mais íntimo e mais profundo. Por isso, o timorense é um homem novo com uma *nova* cultura, sem deixar de continuar a ser idêntica a si mesma. Esta cultura *nova*, este homem *novo* não poderão nunca identificar-se com a cultura islâmica e com o homem islâmico indonésio.

Paulo Pires *

---

[6] Jean Galot, *Le rédemption, mystère d'alliance*, Desclée de Brouwer, Paris 1965, p. 18.

[7] Como a lei da Indonésia obriga todos os cidadãos a declararem a sua religião, que figura no seu cartão de identidade, os timorenses declaram-se actualmente cristãos em massa, cerca de 98%, embora apenas 49% sejam efectivamente baptizados.

* Paulo Pires estudou filosofia e teologia em Portugal, tendo então regressado a Timor, donde é natural. Foi dirigente da LESVALT (Liga de Estudantes para a Valorização de Timor). Depois da invasão pela Indonésia e como refugiado, prosseguiu o estudo da filosofia em Roma, com uma bolsa do Vaticano.